

PROJETO BÁSICO

Obras/ Serviços de Engenharia

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, MANUTENÇÃO EM VIELA E REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS

VIELA HIDRÁULICA

Rua Guaira x Rua Pindaré - Parque Guarani (referência nº652)

SARJETÃO

Rua Argenta x Rua Paschoal Gianfrancesco - Jardim Itália

SARJETÃO

Rua Argenta x Rua Turim - Jardim Itália

SARJETÃO

Rua Aracuri x Rua Carnauba- Jardim das Palmeiras

Drenagem

Rua Oscar Niemeyer - Jardim Brasil

Calçamento e fechamento de área

Rua Ananatuba, s/nº - Vila Marajó

Melhorias em calçamento

Rua Antonio Tessari, s/nº - Jardim Maria de Fátima

QUADRA DE AREIA - COMPLEXO ESPORTIVO KIM NOZAKI

Rua Dinamarca, s/nº - Jardim Santa Lucia

FECHAMENTO DE CAMPINHO

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/nº - Jardim Felicidade

1. OBJETIVO

1.1 Os serviços desta contratação, visa a revitalização da área pública em razão das condições atuais do espaço recreativo, que apresenta desgaste estrutural, equipamentos depreciados, demandando intervenções imediatas para garantir sua plena funcionalidade. A falta de manutenção adequada compromete a segurança dos usuários, limita a realização de atividades e reduz a atratividade do local para práticas de lazer, esporte e convivência comunitária. Dessa forma, a revitalização é fundamental para assegurar um ambiente seguro, acessível e adequado aos frequentadores, bem como para possibilitar a realização de eventos, atividades esportivas e competições, contribuindo diretamente para o fomento da prática esportiva e da integração social. Além disso, a requalificação do espaço promove melhorias urbanas que beneficiam toda a comunidade, ampliando a utilização da área e valorizando o entorno. Assim, justifica-se plenamente a contratação, visando atender ao interesse público, garantir melhores condições de uso e preservar um equipamento urbano essencial para o bem-estar da população.

1.2 LOCALIZAÇÃO

a) VIELA HIDRÁULICA

Rua Guaira x Rua Pindaré - Parque Guarani (referência nº652)

Latitude: 23°13'49.8"S

Longitude: 46°50'57.1"W

b) SARJETÃO

Rua Argenta x Rua Paschoal Gianfrancesco - Jardim Itália

Latitude: 23°13'20.4"S

Longitude: 46°50'21.2"W

c) SARJETÃO

Rua Argenta x Rua Turim - Jardim Itália

Latitude: 23°13'29.5"S

Longitude: 46°50'12.4"W

d) SARJETÃO

Rua Aracuri x Rua Carnauba- Jardim das Palmeiras

Latitude: 23°13'10.3"S

Longitude: 46°50'17.7"W

e) Drenagem

Rua Oscar Niemeyer - Jardim Brasil

Latitude: 23°14'23.9"S

Longitude: 46°50'37.7"W

f) Calçamento e fechamento de área

Rua Ananatuba, s/n° - Vila Marajó

Latitude: 23°13'19.1"S

Longitude: 46°50'47.4"W

g) Melhorias em calçamento

Rua Antonio Tessari, s/n° - Jardim Maria de Fátima

Latitude: 23°12'55.5"S

Longitude: 46°48'34.6"W

h) QUADRA DE AREIA - COMPLEXO ESPOTIVO KIM NOZAKI

Rua Dinamarca, s/n° - Jardim Santa Lucia

Latitude: 23°12'55.5"S

Longitude: 46°48'34.6"W

i) FECHAMENTO DE CAMPINHO

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/n° - Jardim Felicidade

Latitude: 23°12'44.7"S

Longitude: 46°48'29.0"W

1.3 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.3.1 Os recursos necessários para execução deste objeto onerarão a dotação orçamentária a Valor total estimado da contratação: R\$ 611.098,60 (seiscentos e onze mil, noventa e oito reais e sessenta centavos).

Solicitação: 1090/2026 - R\$ 85.111,03

Dotação: ficha nº286 - 02.06.03.15.451.0014.2097.3.3.90.39.00 - Revitalizações de Áreas e Próprios Públicos

Fonte: 1-tesouro

Código de aplicação: 110.0000-GERAL

Solicitação: 1091/2026 - R\$ 259.512,80

Dotação: Ficha nº279 - 02.06.03.15.451.0014.1004.3.3.90.39.00 - Manutenção de Vias

Fonte: 1-tesouro

Código aplicação: 110.0000-GERAL

Solicitação: 995/2026 - R\$ 70.919,13

Dotação: ficha nº1003/2026 - 02.06.03.04.122.0014.1014.3.3.90.39.00 - Emendas Impositivas

Fonte: 98 - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS - Exercícios Anteriores

Código de aplicação: 804.0002-E P Ind Ver Eliseu Notário Alves

Solicitação: 996/2026 - R\$ 63.099,21

Dotação: ficha nº1003/2026- 02.06.03.04.122.0014.1014.3.3.90.39.00 - Emendas Impositivas

Fonte: 98 - EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS - Exercícios Anteriores

Código de aplicação: 804.0011-E P Ind Ver Paulo Roberto de Almeida

Solicitação: 997/2026 - R\$ 132.456,43

Dotação: ficha nº270 - 02.06.02.04.452.0014.2018.3.3.90.39.00 - Iluminação Pública

Fonte: 1-tesouro

Código de aplicação: 110.0000-GERAL1.4 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA** em obediência do artigo 6º, inciso XXI, alínea a da Lei Federal nº 14.133/2021, vejamos:

“a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.”

As demais justificativas estão constantes no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. Adotado regime de execução por **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, eis que se trata de contratação de execução do serviço por preço certo e total, que não permite fracionamento e os serviços se assemelham às etapas de execução que devem obedecer à uma ordem específica. Uma única empresa atuante facilita a gestão e o cronograma dos serviços a serem executados, permitindo, ainda, a padronização dos materiais a serem utilizados.

1.6. A modalidade de licitação desta contratação é a **CONCORRÊNCIA**, na sua **forma eletrônica**, com critério de julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, justificada pela ampla publicidade na contratação da empresa que executará os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimos de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

2. ORÇAMENTO

2.1. No presente, os documentos técnicos que compõem o projeto básico têm como objeto, definir, especificar materiais e condições técnicas a serem obedecidos na execução dos serviços, fixando, portanto, os parâmetros mínimos a serem atendidos na execução do recapeamento asfáltico.

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXV - projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;

b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;

c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empre-

endimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 desta Lei;

2.1.2 Na elaboração deste projeto básico foram realizadas visitas in loco para verificação dos serviços a serem executados.

2.1.3. No orçamento detalhado em planilha sintética de custos unitários, foram utilizadas tabelas referenciais mais atualizadas: SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, data base janeiro/2026 (SEM DESONERAÇÃO), CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, versão 200, data base novembro/2025 (SEM DESONERAÇÃO) e SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, data base janeiro/2026, publicação em 06/04/2026 (SEM DESONERAÇÃO).

2.1.4 No detalhamento da composição do percentual de BDI, foram observados os parâmetros do Acórdão nº 2.622 de 2013 – Plenário de Contas da União

2.1.4 No detalhamento da composição do percentual de BDI, foram observados os parâmetros do Acórdão nº 2.622 de 2013 – Plenário de Contas da União.

2.2 Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos.

a) Mapa de Risco;

a) Plantas baixas;

b) Planilha orçamentária;

c) Composição do BDI;

- d) Cronograma físico-financeiro;
- e) Documentos referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), deverá ser devidamente recolhida por ocasião do contrato.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Todos os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro dos projetos aprovados, respeitando as especificações dos materiais, segundo os padrões e requisitos previstos nas normas regulamentadoras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais normas vigentes necessárias para a execução da obra e serviços.

3.2 As especificações ora fornecidas são suficientes para a elaboração das propostas, porém, para que haja maior visualização das obras e serviços a serem executados a licitante poderá agendar uma vista técnica (não sendo obrigatória), que deverá ser realizada por um representante credenciado pela Licitante, e após a visita será emitido um atestado pelo Município de VÁRZEA PAULISTA. Uma cópia deste atestado será entregue ao representante, devidamente credenciado, sendo facultada a apresentação deste documento no processo licitatório. Caso não seja essa a opção do licitante, poderá atestar que conhece o local, e as condições de realização da obra ou serviço, conforme disposto no artigo 63, §2º da Lei nº 14.133/2021.

3.3 A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução do objeto da licitação, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

3.3.1 O agendamento da visita técnica supramencionada deverá ser realizado através do TEL: (11) 4596-1612, com antecedência mínima de até 01 (um) dia útil anterior da abertura do certame e deverá ter acompanhamento de técnico, engenheiro ou arquiteto da Prefeitura Municipal de VÁRZEA PAULISTA.

3.3.2 O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições dispostas no Contrato, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços.

3.3.3 O licitante que decidir pela não realização da visita técnica deverá apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e conse-

quências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica, conforme o modelo constante do ANEXO - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA POSSIBILIDADE DE VISITA TÉCNICA E CONHECIMENTO DO OBJETO (EMPRESA), presente no edital.

3.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

3.4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os Art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação. O percentual adotado mostra-se compatível com a complexidade da gestão dos serviços prestados, assim como o risco assumido pela contratação ser de grande vulto.

3.4.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

3.4.3. O edital e o contrato oferecem maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

3.5 É VEDADA à empresa, subempreitar parte ou total dos serviços contratados.

3.6 DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

3.6.1 Será admitido conforme o estabelecido no edital.

3.7 DA SUSTENTABILIDADE

3.7.1 Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, os quais se torna diretamente responsável pela destinação dos mesmos.

3.7.2 A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

3.8 É de fornecimento da CONTRATADA todos os materiais e serviços de mão-de-obra, necessários à execução das obras, inclusive todas as ferramentas, equipamentos e encargos sociais trabalhistas. Todos os materiais e serviços de mão de obra deverão ser de boa qualidade e executados por profissionais devidamente qualificados.

3.9 Todos os funcionários da CONTRATADA deverão estar devidamente registrados e uniformizados, portando crachás de identificação e equipamentos de segurança pessoal, tais como capacete, óculos, botas, luvas e demais equipamentos de segurança, estes obrigatórios de acordo

com as Normas Regulamentadoras (NR) decorrentes do perfil dos serviços executado. Assim como os serviços de mão de obra deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados.

3.10 A CONTRATADA apresentará à FISCALIZAÇÃO documento assinado por seus funcionários de que receberam informação e treinamento de normas de Segurança do Trabalho, como também os EPI's e EPC's relacionados às particularidades dos serviços a serem executados nesta obra.

3.11 A CONTRATADA deverá locar contêiner e banheiro químico, para os devidos fins, conforme descrito em planilha.

3.12 A CONTRATADA recolherá e pagará ART dos profissionais que atuarem no empreendimento, os quais deverão estar em situação regular junto ao órgão representativo profissional.

3.13 Após assinatura contratual é obrigatório ter sido recolhida e apresentada ART dos profissionais que atuarão na execução do empreendimento e dos projetos. Ainda, após a emissão da ordem de início da obra haverá reunião da CONTRATADA com os servidores da Unidade Gestora Municipal de Infraestrutura Urbana, Fiscalização, Projetos e Orçamentos para detalhamento das informações técnicas gerais e das particularidades do empreendimento licitado.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 A exigência de qualificação técnica justifica-se pela necessidade de garantir que a empresa contratada possua experiência comprovada na execução de obras de infraestrutura urbana compatíveis com o objeto, assegurando qualidade, segurança e cumprimento dos prazos. A medida visa reduzir riscos de falhas na execução e prejuízos ao erário, atendendo ao interesse público, em conformidade com o art. 18, inciso IX da Lei nº 14.133/2021, sendo a exigência pertinente, proporcional e diretamente vinculada ao objeto da contratação.

4.2. Certidão atualizada de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia (CREA/ CONFEA/ CAU) em nome da licitante, dentro do prazo de validade.

4.3. Capacidade operacional para execução de obra similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente.

4.4. Ainda, nos termos da cláusula anterior, conforme determina a Súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, exige-se atestado(s) e/ou certidão(ões) expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, registrados nas entidades profissionais competentes, em

nome da licitante, que comprovem a prévia execução de obras/serviços similares constantes do objeto da licitação, abaixo relacionados:

QUADRO DE PARCELAS RELEVANTES (EMPRESA)

ITENS	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE (50%)
2.6; 7.2.5; 10.2.5; 10.2.7; 10.6.4; 11.2	Concreto usinado, fck = 25 MPa	M3	22,02
10.5.1; 11.1	Alambrado em tela de aço galvanizado de 2"	M2	159,00
2.7; 7.2.7; 10.2.3	Armadura em barra de aço CA-50	kg	1.418,80

4.5. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de obras serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

QUADRO DE PARCELAS RELEVANTES (PROFISSIONAL/RESPONSÁVEL TÉCNICO)

Profissional	ITENS	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.
Engenheiro (a) civil/ Arquiteto (a)	2.6; 7.2.5; 10.2.5; 10.2.7; 10.6.4	Concreto usinado, fck = 25 MPa	M3
Engenheiro (a) civil/ Arquiteto (a)	10.5.1; 11.1	Alambrado em tela de aço galvanizado de 2"	M2
Engenheiro (a) civil/ Arquiteto (a)	2.7; 7.2.7; 10.2.3	Armadura em barra de aço CA-50	M2

4.5 O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

4.6. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere à subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado

4.7. O(s) responsável(is) técnico(s) pela eventual execução dos serviços, deverá(ão) obrigatoriamente ser indicado(s) através de DECLARAÇÃO, independente de qual seja o seu vínculo (contrato e trabalho, prestador autônomo ou sócio).

4.8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, conforme art.69, inciso II, da Lei n. 14.133/21, admitindo-se a apresentação de certidão consolidada, quando disponível.

4.9.1. Na hipótese de coexistência de mais de um sistema oficial de distribuição processual no âmbito do Tribunal competente, o licitante deverá apresentar certidão negativa emitida por todos os sistemas vigentes, de modo a comprovar de forma plena a inexistência de registros de falência.

4.9.2. No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

4.9.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, evidenciando a boa situação financeira da empresa, mediante a comprovação de:

<p>Liquidez Geral = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$</p> <p>(O resultado deverá ser maior ou igual a 1,00)</p>
<p>Liquidez Corrente = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$</p> <p>(O resultado deverá ser maior ou igual a 1,0)</p>
<p>Grau de Endividamento = $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$</p> <p>(O resultado deverá ser menor ou igual a 0,50)</p>

4.9.3.1. Comprovação de Capital mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

4.9.3.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste tópico deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante, nos termos do artigo 69, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.9.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

4.9.3.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

4.9.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.9.3.6. O balanço patrimonial deve ser apresentado devidamente registrado, com recibo de entrega ao SPED, com a assinatura do representante legal e do contador, contendo termo de abertura e termo de encerramento.

4.9.3.7. Para balanço patrimonial não cadastrado junto ao SPED, deverá ser apresentado o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício no Livro Diário, acompanhados do respectivo termo de abertura e termo de encerramento, e prova de registro na Junta Comercial ou Cartório de Registro.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’)

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

6. SINALIZAÇÃO PROVISÓRIA E PROTEÇÃO

6.1 Todo início de obra deverá ser informado através de placas.

6.2 Todos os materiais necessários para a construção dos sistemas de sinalização e de proteção serão de responsabilidade da CONTRATADA.

6.3 A CONTRATADA é, ainda, responsável pela confecção, pintura, transporte e manutenção dos tapumes de proteção, que deve manter sempre limpos e pintados, e a sinalização em perma-

nente estado de funcionamento, de modo a garantir a segurança, noturno e diurno, de pedestres e também do tráfego veículos.

As quantidades de cercas, placas, cones e tapumes, a serem instalados em todas etapas da obra, deverão ser submetidas à aprovação da FISCALIZAÇÃO, tais serviços devem ser executados pelas custas da Contratada.

7. SERVIÇOS PRELIMINARES

7.1 Na execução das obras, a contratada deverá desenvolver um plano de obra compatível com os serviços necessários para o início da obra e também a identificação através de placa da obra em questão.

7.2 Placa de identificação para obra: Será medido por área de placa executada (m²). O item remunera o fornecimento de materiais, acessórios para fixação e a mão-de-obra necessária para instalação de placa para identificação da obra.

8. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

8.1. Das instalações elétricas, incluem as intervenções necessárias, conforme planilha orçamentária, projetos e documentos técnicos, como

- Elaboração de projeto executivo de elétrica;
- Espalhamento de lastro de pedra britada;
- Lançamento de eletroduto fléxivel corrugado;
- Selamento do eletroduto com concreto usinado;
- Reaterro manual apilado;
- Remoção de entulho de obra;
- Instalação de postes, bem como seus acessórios, como disjuntores, relé fotoelétrico, cruzetas, luminárias led retangular para poste, entre outros;
- Execução de caixas de inspeção para aterramento e caixas de passagem em alvenaria;

8.2. POSTES DE ILUMINAÇÃO

8.2.1. Poste telecônico reto em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, altura de 7,00 m engastados em base de concreto FCK 25MPA, com suporte tipo cruzeta reforçada em ferro galvanizado, com capacidade para luminárias tipo LED, conforme indicado em planta e planilha.

8.2.2. A instalação deverá ser realizada com segurança e conforme as regulamentações pertinentes. É imprescindível que os materiais utilizados e os serviços prestados atendam aos padrões de qualidade exigidos e estejam em conformidade com as normas vigentes aplicáveis.

8.3. FIOS E CABOS

8.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar os circuitos de cabeamentos, conforme planilhas baixas e planilha orçamentária. Em toda instalação serão executados testes de faseamento, de continuidade, de tensão e os demais necessários conforme normativas, assim como, os solicitados pela concessionária de energia elétrica. Também, será testado o funcionamento de todos os aparelhos, circuito por circuito, bem como o funcionamento dos pontos de alimentação.

8.3.2. Se resultarem irregularidades e falhas, a CONTRATADA efetuará as correções e fará novos testes.

9. MELHORIAS DE DRENAGEM

9.1. A CONTRATADA executará as intervenções necessárias, conforme planilha orçamentária, projetos e documentos técnicos, como:

- Reforma de viela hidráulica
- Execução de sarjetões de concreto
- Execução de rede de drenagem com fornecimento de tubos de concreto, execução de bocas de lobos, incluindo a recomposição asfáltico do trecho a receber a drenagem.

10. CALÇAMENTO/ BAIA

10.1 A CONTRATADA executará as intervenções necessárias, conforme planilha orçamentária, projetos e documentos técnicos, como:

- Demolições e remoção de entulhos;
- Espalhamento de lastro de pedra britada;
- Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional ou liso, espessura de 7cm e 8cm, conforme indicado em planilha.
- Execução de baia de estacionamento.

11. EXECUÇÃO DE MURETA/ MURO

11.1 A CONTRATADA executará as intervenções necessárias, conforme planilha orçamentária, projetos e documentos técnicos, como:

- Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30M;
- Execução de broca em concreto armado diâmetro de 25cm – completa;
- Espalhamento de lastro de pedra britada;

- Preparo de forma de madeira para fundação;
- Preparo e instalação de ferragem para estrutura do baldrame, considerando agulhamento da alvenaria, para travamento;
- Concretagem da fundação;
- Levantamento alvenaria de bloco de concreto estrutural e cinta de amarração de alvenaria com utilização de blocos tipo canaleta, para as muretas e bancadas;
- Impermeabilização do baldrame
- Aplicação de chapisco e emboço comum
- Plantio de grama
- Pintura em acrílica

12. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS/ MOBILIÁRIO URBANO

12.1. A CONTRATADA executará as intervenções necessárias, conforme planilha orçamentária, projetos e documentos técnicos, como:

- Centro de atividades de madeira rústica;
- Balanço duplo em madeira rústica;
- Gangorra dupla em madeira rústica;
- Aplicação de piso de borracha clorada em massa, inclusive preparo;
- Preparo de demarcação de piso para amarelinha e caracol;
- Banco em concreto pré-moldado.

12.2. EXECUÇÃO DE QUADRA DE AREIA

12.2.1. A CONTRATADA executará as intervenções necessárias, conforme planilha orçamentária, projetos e documentos técnicos, como:

- Limpeza da área;
- Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30M;
- Execução de broca em concreto armado diâmetro de 25cm – completa;
- Espalhamento de lastro de pedra britada;
- Preparo de forma de madeira para fundação;
- Preparo e instalação de ferragem para estrutura do baldrame, considerando agulhamento da alvenaria, para travamento;
- Concretagem da fundação;
- Levantamento alvenaria de bloco de concreto estrutural e cinta de amarração de alvenaria

com utilização de blocos tipo canaleta, para as muretas;

- Impermeabilização do baldrame
- Aplicação de chapisco e emboço comum
- Execução de dreno tipo espinha peixe, com tubo PEAD corrugado perfurado, DN 100mm, enchimento com brita, envolvido com manta geotêxtil, inclusive conexões;
- Execução de alambrado em tela de aço galvanizado 2", incluindo execução de portão de aço galvanizado;
- Fornecimento e instalação de Poste oficial completo com rede para voleibol
- Plantio de grama
- Pintura em acrílica

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1 À Administração reserva-se no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução dos serviços, diretamente ou por prepostos designados, na forma da Lei 14.133/2021, podendo para isso, inclusive, solicitar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;

13.2. A fiscalização da execução dos serviços será responsabilidade da Unidade Gestora Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas, através da servidor designado para este fim, conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º da Lei federal 14.133/2021, **Sr. Cássio Delort de Almeida Leite**, Engenheiro Civil, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual, devendo materializar os atos de gestão e fiscalização em processo administrativo próprio. Após a formalização do contrato administrativo, o fiscal deverá ser nomeado através de Portaria.

13.3. A designação do servidor observará o disposto no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, devendo recair, preferencialmente, sobre agente público com vínculo efetivo, atribuições compatíveis com o objeto contratado e conhecimento técnico adequado à fiscalização, assegurando-se, ainda, o respeito ao princípio da segregação de funções, de modo a evitar a concentração de atividades suscetíveis a riscos em um único agente público.

13.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei federal 14.133/2021.

13.5. A contratada deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pela contratante:

- a) inspecionem a qualquer tempo a execução dos serviços;
- b) examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

13.6. No desempenho destas tarefas, deverão os técnicos da contratante, contar com a total colaboração da contratada.

13.7. A contratada deve manter nos serviços um projeto completo, o qual deverá ficar reservado para o manuseio da fiscalização e do pessoal do órgão financiador dos serviços.

13.8. A contratada deve manter no local dos serviços o Boletim Diário de Ocorrências - BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido pelo encarregado da contratada e rubricado pela fiscalização.

13.9. A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

13.10. Caso a contratada não execute, total ou parcialmente, qualquer dos itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los diretamente ou através de terceiros. Ocorrendo a hipótese mencionada, a então contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamento direto, inclusive podendo ser declarada inidônea, ficando impedida de licitar e contratar, conforme a gravidade da infração e dos danos decorrentes. Estas sanções serão aplicadas sem prejuízo de outras, previstas no Art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.

13.11 Assim que a execução dos serviços for concluída, de conformidade com o contrato de empreitada, será emitido como único comprovante de execução das mesmas, Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da comunicação escrita nesse sentido da contratada, o qual será assinado pela fiscalização.

13.12. Após o prazo de 60 (sessenta) dias corridos do recebimento provisório, será procedido o recebimento definitivo, através de comissão especificamente designada pela contratante, ocasião em que será lavrado Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo. Durante esse período e em conformidade com o artigo 140, §2º, da Lei Federal nº. 14.133/21, a contratada terá sob sua responsabilidade o perfeito funcionamento das instalações por ela construídas. Qualquer falha construtiva ou de funcionamento deverá ser prontamente reparada pela contratada, estando esta sujeita, ainda, às sanções indicadas na cláusula - DAS PENALIDADES.

13.13. Mesmo com a expedição, pela contratante, do Termo de Recebimento Definitivo dos trabalhos e serviços, a contratada e os seus técnicos não ficarão isentos e nem excluídos das responsabilidades civis e técnicas por futuros eventos, decorrentes ou relacionados com a execução do

objeto, sujeitando-se, para tanto, nos termos do Código Civil Brasileiro e do Código de Defesa do Consumidor, em especial ao previsto no art. 140, §2º da Lei nº. 14.133/21.

13.14. A CONTRATADA deverá manter em todos os locais de serviços um perfeito sistema de sinalização e segurança, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

13.15. A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), às especificações do Projeto Executivo e o Caderno de Especificações Técnicas e as demais condições do edital.

13.16. O prazo de garantia dos materiais será de 12 (doze) meses ou conforme padrão do fabricante, se esta for maior, e dos serviços será de 60 (sessenta) meses, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.17. Todos os originais de documentos e desenhos técnicos preparados pela CONTRATADA para execução dos serviços contratados serão de propriedade da PREFEITURA.

14. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

14.1. As medições serão mensais e deverá constar junto com a planilha de medição o relatório fotográfico dos serviços executados. A CONTRATADA deverá fornecer à fiscalização fotografias digitalizadas, contendo imagens detalhadas dos serviços, em todas as suas fases. Deverão ser fotografadas integralmente os serviços, contendo seus elementos estruturais, fechamentos, instalações e acabamentos.

14.2. As faturas deverão ser apresentadas em 4 (quatro) vias, após a emissão de Atestado de Execução dos Serviços, expedido após a análise técnica e aprovação dos serviços por parte da PREFEITURA, mediante a apresentação da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) correspondente atendendo ainda a seguinte forma de apresentação:

- a) Nota fiscal com discriminação resumida dos serviços executados de acordo com o cronograma físico-financeiro, período de execução da etapa, número da licitação, número do Repasse, Termo de Contrato de Empreitada e outros dados que julgar convenientes, sem rasuras e/ou entrelinhas e certificada pelo engenheiro responsável;
- b) Fatura com discriminação resumida dos serviços executados de acordo com o cronograma físico-financeiro pactuado, período de execução da etapa (ou período da medição), número da licitação e do termo de contrato de empreitada e outros;
- c) Demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS/ISS/CNDT;
- d) Cópia da guia de recolhimento da Previdência Social-GRPS, do último recolhimento devido,

regularmente quitado e autenticado em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS/ISS, exclusivo para cada serviço;

e) Cópia da guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, do último recolhimento devido, regularmente quitado e autenticada em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS/ISS, para cada serviço;

14.3. Na hipótese de divergência entre a Nota Fiscal/Fatura e as condições contratadas, o documento será recusado pelo MUNICÍPIO, mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será reiniciado a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida.

14.4. O pagamento será realizado diretamente à CONTRATADA, após a comprovação do recebimento e ateste do objeto contratado, mediante depósito ou transferência bancária em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, previamente informada por escrito.

14.4.1. A eventual emissão de duplicata ou outro título de crédito pela CONTRATADA não produzirá efeitos perante o MUNICÍPIO sem a comprovação do efetivo recebimento e ateste do objeto, sendo vedada a negociação do crédito com terceiros ou sua utilização para cobrança bancária sem prévia anuência expressa da Administração, observadas as condições e prazos de pagamento previstos em contrato.

14.5. O pagamento dos serviços dar-se-á por etapa concluída, observados os percentuais de desembolso fixados, em até 30 (trinta) dia após a aprovação da medição e liberação da fatura pela PREFEITURA, devidamente aceita pela Unidade Gestora Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas da CONTRATANTE.

14.6. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, a regularidade relativa às contribuições previdenciárias do INSS, ao FGTS e à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, mediante apresentação das respectivas comprovações, quando solicitadas pela Administração. O pagamento pelos serviços efetivamente prestados ou bens regularmente fornecidos não exime a contratada da obrigação de manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual, cuja inobservância poderá ensejar a adoção das medidas legais e aplicação das sanções contratuais cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.7. A PREFEITURA realizará a retenção do IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) em TODOS os pagamentos realizados a fornecedores de produtos e prestadores de serviços, inclusive obras de construção civil em conformidade com o Decreto Municipal nº 6382/2023.

14.8. As alíquotas de incidência aplicáveis sobre o valor a ser pago corresponderão à espécie do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme estabelecido na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, com as alterações promovidas pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2145/2023, e demais legislações correlatas.

14.9. Os pagamentos deverão ser feitos com observância da legislação em vigor, e, no que couber, da Lei nº. 8.212 de 24/07/91, complementada pelas Ordens de Serviço emanadas do INSS.

14.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

14.11. No caso de atraso de pagamento por parte do CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

14.12. Os pagamentos poderão estar sujeitos a retenções na fonte de valores relativos às contribuições da CSLL, da COFINS e do PIS/PASEP, conforme previsto na Lei nº. 10.833/03.

14.13. A nota fiscal ou fatura deverá discriminar os valores relativos aos materiais e equipamentos não manuais e mão-de-obra, utilizados para prestação do serviço contratado.

14.14. A medição deverá vir acompanhada de Memórias de Cálculo e Relatório Fotográfico Digital, devendo ser entregue, em duas vias, à fiscalização da PREFEITURA.

14.15. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigente.

14.16. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato produzida por qualquer outra causa, além da variação inflacionária, a recomposição se dará por intermédio da revisão.

14.17. A revisão é condicionada a requerimento do contratado, desde que, comprovado o efetivo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, cabendo formular pedido de reequilíbrio econômico financeiro solicitando a revisão.

14.17.1. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art.131, parágrafo único da Lei 14.133/21.

14.17.2. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será analisado por meio de decisão formal. Em caso de não acolhimento do pedido, a interessada poderá apresentar impugnação mediante requerimento formal, hipótese em que a matéria será encaminhada para análise da autoridade superior competente.

14.17.3. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme art.131, caput, da Lei 14.133/21.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

15.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, produzindo seus efeitos, a contar da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do art. 94 da Lei 14.133/2021.

15.2. O prazo de execução da obra será de 5 (cinco) meses, conforme Cronograma Físico-Financeiro dos Serviços, contados da data indicada pela Prefeitura na Ordem de Início dos Serviços, a ser expedida pela Unidade Gestora Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas, encerrando-se na data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

15.3. O prazo de execução da obra poderá ser prorrogado por igual período, mediante apresentação de documentação circunstanciada apresentada ou atestada pela fiscal do contrato, caso não seja concluído o objeto no prazo inicial, sem prejuízo de aplicação das respectivas sanções administrativas, ou extinção do contrato pela Administração quando o descumprimento do prazo inicial ocorrer por culpa da contratada, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

16. DESMOBILIZAÇÃO E LIMPEZA

16.1. Após a conclusão das obras e aceita pela FISCALIZAÇÃO da Unidade Gestora Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas, proceder-se-á desmobilização dos equipamentos e canteiros, bem como a limpeza da obra com a remoção dos entulhos e materiais excedentes.

16.2. Todos os danos causados quando das benfeitorias no local, bem como das áreas adjacentes, deverão ser reparados após o término da obra.

16.3. Eventuais dúvidas e omissões serão objeto de análise em conjunto com os critérios estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, os quais seguirão sempre que houver divergência pelo que dispõe as Normas citadas.

Várzea Paulista, 27 de maio de 2026.

Cássio Delort de Almeida Leite
Engenheiro Civil - Crea nº 0601864627

PATRICIA BERNARDINA DA SILVA
Gestora Executiva de Obras Públicas